

■ DEFESA / Advogado da APPM diz que a maioria dos processos já foi arquivada. Ministério Público, no entanto, fará levantamento destes processos

APPM justifica irregularidades de prefeituras

LUCIANA AZEVEDO
DA EDITORIA DE POLÍTICA

A Associação de Prefeitos Municipais do Estado do Piauí (APPM), através do seu assessor jurídico, advogado Norberto Campelo, afirma que a maioria das 86 prefeituras que o Ministério Público Especial do TCE encaminhou representação, não apresenta nenhum tipo de problema. "Grande parte desses processos que foram encaminhados à Procuradoria já foi até arquivada porque ao ser averiguada pela Procuradoria Geral de Justiça, não foi encontrado motivo para denunciar os prefeitos citados pelo MPE, portanto não cabe nenhum tipo de denúncia-crime", afirma Campelo.

Segundo o advogado, é um procedimento normal o MPE enviar contas para o MP avaliar se caberia ou não uma denúncia. "O fato de serem encaminhados pelo procurador do Tribunal de Contas não quer dizer que foi constatado algum tipo de irregularidade ou que as contas foram rejeitadas no Tribunal de Contas", comenta

Norberto.

Contudo, o próprio MPE do TCE, em relação, datada em 14 de Janeiro de 2002, acerca dos ofícios encaminhados ao MP, aponta "irregularidades em processos de prestação de contas das prefeituras".

LEVANTAMENTO

O Ministério Público, através de sua assessoria de imprensa, informou que vai fazer um levantamento do andamento dos processos para só depois informar aos meios de comunicação. "É prematuro dizer que a maioria dos processos foram arquivados ou denunciados. Nós vamos fazer um levantamento da situação junto à assessoria judiciária e só após esse levantamento vamos nos posicionar de forma oficial", afirmou o assessor de imprensa do MP, João Carvalho. Ele ainda informou que a Procuradoria vem mantendo um diálogo franco com os prefeitos, e nessa semana o Procurador Geral de Justiça, Antônio Ivan e Silva, esteve com o presidente da APPM, José Maia Filho, e sua assessoria jurídica.



CAMPELO / "Denúncia não significa irregularidade"

Quinta-feira, 17 de janeiro de 2002 ■ MEIO NORTE ■ 3